

## Sumário

Breve apresentação dos autores .....	5
Apresentação.....	17
<b>A MARGEM DE LIVRE APRECIÇÃO DE CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS E A JURIDICIDADE NA FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS EM PROJETOS CULTURAIS .....</b>	<b>19</b>
<i>Umberto Abreu Noce</i>	
Introdução .....	19
1. A Lei 8.313/91 e a ferramenta de incentivo cultural .....	20
1.1 Quem fiscaliza e por que fiscaliza .....	22
2. A prestação de contas na Lei 8.313/91 .....	29
2.1 A margem de livre apreciação dos conceitos jurídicos indeterminados.....	31
2.2 A Instrução Normativa 02/2019 do Ministério da Cidadania e a subjetividade do fiscal.....	37
2.3 A juridicidade como base e limite .....	44
Considerações finais .....	48
Referências.....	49
<b>A LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA CARIOCA: SUBJETIVIDADE(S) DOS AGENTES DE LICENCIAMENTO NA FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE BAIXO RISCO.....</b>	<b>55</b>
<i>Luiza S. Castello Branco</i>	
Introdução .....	55
1. Lei(s) de liberdade econômica.....	58
2. Estrutura de licenciamento e fiscalização .....	65
2.1 Órgão Responsável pela Fiscalização.....	65
2.2 Obrigatoriedade de Pagamento de Taxas e do Prévio Cadastramento Fiscal.	66
2.3 Não Dispensa da Fiscalização.....	68
2.4. Os Fiscais da Linha de Frente.....	69
3. Discussão: subjetividade(s) dos fiscais de licenciamento.....	71
3.1 Rol Taxativo das Atividades Econômicas de Baixo Risco.....	71
3.2 O art. 4º, §1º da LC nº 238/21.....	75
3.2.1 Concessão (ou não) de Prazo para Adequação de Inconformidades .....	75
3.2.2 Prazo a ser Estipulado para Adequação de Inconformidades .....	77

3.3.3 Exceções à Concessão de Prazo pelo Fiscal .....	79
Considerações finais .....	80
Referências.....	81

A(S) SUBJETIVIDADE(S) PRESENTE(S) NA FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EXIGIDOS EM EDITAIS DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO FEDERAL EM UNIVERSIDADES FEDERAIS: enfim, o que é “área afim”? .....	85
---	----

*Rafael Lucas da Silva Santos*

Introdução .....	85
1. Contornos normativos e teóricos .....	89
1.1. Os contornos normativos subjetivos do estudo: a carreira do Magistério do Ensino Superior em Universidades Federais .....	89
1.2. Os contornos normativos objetivos do estudo: a fiscalização do requisito de pós-graduação stricto sensu exigido na investidura em cargo efetivo da carreira do Magistério Superior .....	90
1.3. O contorno teórico-analítico: a(s) autonomia(s) ou subjetividade(s) do agente público.....	94
2. Método .....	99
3. Resultados e discussão .....	105
Considerações finais .....	123
Referências.....	124

SUBJETIVIDADE ADMINISTRATIVA E A ANTIELISÃO TRIBUTÁRIA: apreciatividade, discricionariedade e livre-apreciação de conceitos jurídicos indeterminados e a norma contida no Artigo 116, Parágrafo Único, do CTN....	129
---	-----

*Ivan Tauil*

Introdução .....	129
1. Evolução doutrinária sobre o estudo da elisão tributário: posições ideológicas e influência de modelos estrangeiros.....	132
2. Apreciatividade, discricionariedade e livre-apreciação de conceitos jurídicos indeterminados na atividade no Artigo 116, Parágrafo Único, do CTN.....	139
2.1 O vocábulo “poderá” do artigo 116, parágrafo único do CTN: escolha para a autoridade administrativa ou comando vinculado apenas à certeza da existência da condição?.....	139
2.2 Subjetividade administrativa no processo de (re)construção de uma “realidade alternativa” para fins tributários.....	144

Conclusões .....	146
Referências.....	149

AS SUBJETIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO NA FISCALIZAÇÃO DE TRABALHO EM CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO: do ‘Caso Zara’ ao ‘Caso AMBEV/Kaiser’ .....	151
<i>Mariana Tomaz da Cunha</i>	

Introdução .....	151
1. Formas de manifestação da vontade pela Administração Pública .....	153
2. Atribuições do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho .....	156
3. Conceito normativo de trabalho em condição análoga à de escravo .....	158
3.1 Instruções Normativas nº 91/2011, nº 139/2018 e nº 02/2021.....	164
4. Consequências jurídicas da constatação de trabalho em condição análoga à de escravo .....	165
5. O “Caso Zara” .....	167
6. O “Caso AMBEV/Kaiser” .....	172
Conclusões .....	177
Referências.....	180

ESTUDO ACERCA DAS SUBJETIVIDADES DO AUDITOR-FISCAL TRIBUTÁRIO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SP RELATIVAMENTE AO RECONHECIMENTO DE ISENÇÃO TRIBUTÁRIA A TEMPLOS DE QUALQUER CULTO.....	183
--	-----

*Lauro Henrique de Carvalho M. S. Jr.*

Introdução e referencial metodológico .....	183
1. Como o sentido da vida e uma boa piada: sobre a dificuldade teórica e prática de definir o que seria uma “religião” .....	185
2. Que c’est ce la laïcité?: reflexões a respeito da laicidade do estado e sua relação com a indeterminação do fenômeno religioso .....	190
4. Revisão doutrinária sobre os aspectos teóricos da isenção ou da imunidade tributária de templos de qualquer culto.....	197
5. Análise da subjetividade do auditor-fiscal tributário municipal de são paulo/sp .....	203
Conclusões .....	217
Referências.....	218

SUBJETIVIDADES INCIDENTES NA NORMATIZAÇÃO DA  
FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS COM ADOÇÃO DE IA  
PELO TCU..... 223

*Raphael Lobato Collet Janny Teixeira*

Introdução .....	223
1. Inteligência Artificial nas atividades de Controle.....	225
1.1 Possíveis campos de aplicação.....	226
1.2 Soluções de IA atualmente adotadas pelo TCU.....	229
2. Da problemática ética relacionada à IA .....	231
3. Solução: Autorregulação do uso ético da IA no TCU .....	236
3.1 Normativo atual sobre IA no TCU.....	238
4. Diretrizes para o ato normativo sobre uso ético de IA: subjetividades incidentes .....	240
4.1 Liberdade conformadora ou configuradora para autorregulação da adoção de IA .....	241
4.2 Margem de livre apreciação do princípio da moralidade administrativa como conceito jurídico indeterminado .....	242
Conclusões.....	248
Referências.....	250

AS SUBJETIVIDADES ENVOLVIDAS NA ATIVIDADE DE  
FISCALIZAÇÃO DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO,  
MANUTENÇÃO E REVISÃO DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO  
CONTINUADA DA LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –  
CRITÉRIO RENDA -, PELO SERVIDOR DA AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA  
SOCIAL DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ..... 255

*Paola Goulart de Souza Spikes*

Introdução .....	255
1. Critérios para a concessão do BPC .....	257
2. O monitoramento dos benefícios de prestação continuada concedidos.....	262
3. As subjetividades envolvidas no monitoramento dos benefícios concedidos	266
Conclusões.....	273
Referências.....	274

SUBJETIVIDADES PÚBLICAS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS..... 279

*Isabella Macedo Torres*

Introdução .....	279
1. Breves considerações acerca do tratamento de dados na LGPD .....	281
2. Estruturação da ANPD e da Coordenação-Geral de Fiscalização .....	284
3. As subjetividades Públicas da Coordenação-Geral de Fiscalização da ANPD .....	285
3.1.1. Discricionariedade como espécie de subjetividade ou autonomia pública.....	289
3.1.2. Subjetividades ou autonomies pública relacionadas à margem de livre apreciação dos conceitos jurídicos indeterminados .....	295
3.1.3. Liberdade de conformação ou configuração e a apreciatividade administrativa.....	307
Conclusão.....	309
Referências.....	310

A LIBERDADE DECISÓRIA NA ATUAÇÃO DOS INSPETORES DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS NA OFERTA PÚBLICA DE CONTRATOS DE INVESTIMENTO COLETIVO ..... 315

*Alexandre Magno Antunes de Souza*

Introdução .....	315
1. As funções do Inspetor da Comissão de Valores Mobiliários .....	318
1.1. A competência de fiscalizar o mercado de valores mobiliários e o objetivo de evitar prejuízos aos investidores .....	324
1.2. A atuação do Inspetor da CVM na orientação das instituições na adoção de controles e procedimentos adequados.....	327
1.3. Coletar elementos para a avaliação da situação econômico-financeira das entidades fiscalizadas.....	328
1.4. A competência de instruir inquéritos instaurados pela CVM e seus efeitos no Processo Administrativo .....	329
2. As diferentes subjetividades possíveis na atuação dos agentes da Administração Pública.....	331
2.1. Liberdade conformadora e a inspeção da CVM no mercado.....	335
2.2. Margem de livre apreciação sobre os conceitos jurídicos indeterminados e a interpretação das normas de Valor Mobiliário.....	335
2.3. Apreciatividade .....	337

3. As subjetividades dos Inspectores da CVM na sua atuação e os casos de apuração de irregularidades em Contratos de Investimento Coletivo: casos “Filadélfia” e “Top Avestruz” .....	339
Conclusões .....	344
Referências.....	345

ACORDOS DE LENIÊNCIA ANTICORRUPÇÃO: subjetividades públicas na fiscalização pelo Tribunal de Contas da União..... 349

*Marco Otavio Almeida Mazzoni*

Introdução. Acordos de Leniência Anticorrupção como objeto de subjetividades públicas pelo Tribunal de Contas da União - TCU .....	349
1. O objeto de fiscalização e o controle externo: a liberdade conformadora na Instrução Normativa n.º 74/2015 e a desconsideração de elementos próprios do instrumento negocial. A indeterminação da economicidade como foco .....	354
2. O Relator como agência definidora de conteúdo, formas e prazos. A apreciatividade em realce e novas considerações .....	363
3. Os procedimentos técnico-operacionais para valores integrais de reparação e o modelo econométrico: subjetividades em tensão .....	371
4. Reações e subjetividades em teste .....	377
5. A base vigente: IN 83/2018 .....	379
Conclusões .....	381
Referências.....	385

SUBJETIVIDADES NA FISCALIZAÇÃO EXERCIDA PELO PROCON/RJ 389

*Gabriel Garcia Rodrigues de Barros*

Introdução .....	389
1. Marco teórico: subjetividades administrativas.....	392
2. A fiscalização realizada pelo PROCON/RJ.....	395
3. Cinco diligências de fiscalização: uma amostra da atuação do PROCON/RJ 398	
3.1. Caso 1: fiscalização de postos de combustíveis.....	399
3.2. Caso 2: fiscalização de estações do trem urbano .....	400
3.3. Caso 3: fiscalização de empresas instaladoras de GNV .....	402
3.4. Caso 4: capacitação de agentes fiscais.....	403
3.5. Caso 5: fiscalização de publicidade online .....	404
4. Subjetividades no parecer do agente analista.....	405
5. Outras formas de exercício das subjetividades administrativas pelo PROCON no exercício da função fiscalizatória.....	408
Conclusões .....	409

Referências..... 411